



**PORTUGAL E ALEMANHA: O OLHAR COLONIAL SOBRE A
QUESTÃO DA “RAÇA”**

Natacha Pereira

Dissertação de Mestrado em Línguas, Literaturas e
Culturas, variante Estudos Alemães

Orientador: Professor Dr. Fernando Clara

Março 2016

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto não só do empenho individual, como de um conjunto de forças exteriores.

Antes de mais, quero agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Clara por partilhar o seu vasto conhecimento, bem como pela orientação dada ao longo da tese. Os seus conselhos foram de suma importância para este resultado final.

Deixo também o meu profundo agradecimento ao meu companheiro André Silva, por todo o apoio e dedicação ao longo deste percurso, e, especialmente, por ter feito acreditar na minha capacidade de concretizar este projecto, apesar de todas as dificuldades.

Agradeço à minha família, e especialmente ao meu irmão Olavo Pereira por toda a força e paciência demonstrada.

Agradeço ainda à minha nova família José Silva, Ana Bela Silva e Emília Silva, nomeadamente pela contribuição na renovação de forças para a etapa final.

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o olhar do colonizador português e alemão no que diz respeito à raça do Outro, durante os respectivos processos de colonização. O tema da raça foi largamente debatido na sociedade alemã, atendendo às proporções tomadas na sequência do Holocausto.

Acreditamos ser importante estabelecer esta comparação das duas colonizações, de forma a compreendermos as bases do olhar sobre o Outro no caso alemão, bem como aprofundarmos a realidade do contacto com o Outro no caso português.

Ao compararmos os dois casos, apesar de terem ocorrido em épocas distintas, verificamos um conjunto de semelhanças no discurso empregue, resultante da perspectivação do Outro e acima de tudo do Eu durante os contactos. O foco da nossa análise é colocado na ambiguidade presente nas referidas colonizações e na sua tendência a fantasiar e a hierarquizar o Outro.

ABSTRACT

This research aims to reflect on the Portuguese and German colonizers approach, in regards to the Other's race, throughout the corresponding colonization process. The Race theme was widely debated on the German society, considering the events during the Holocaust.

We believe that it is important to make a comparison between both colonization processes, in order to understand the German perspective about the Other, as well as to deepen the reality about the Portuguese contact with the Other.

By comparing these two processes, even if considering they have happened in two completely different periods of time, we may find some resemblances on its perspective, not only of the Other, but of the colonizer himself, as a result of these contacts. We will be focusing on the ambiguity always present on the aforementioned colonization, along with the trend to fantasize and rank the Other.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I- Colonização Portuguesa	
1.1- Período da colonização portuguesa no século XV e XVI	5
1.2- Análise da colonização portuguesa no Brasil e na África	7
1.3- Perspectivas da raça brasileira e africana	9
Capítulo II- Colonização alemã	
1.1- Período da colonização alemã no século XIX e XX	18
1.2- Análise da colonização alemã na África e no Leste Europeu	22
1.3- Considerações alemãs sobre as raças nos espaços Colonizados	24
Capítulo III- Comparação das perspectivas raciais na colonização alemã e portuguesa	
1.1- Olhar dos colonizadores: justificação para a intervenção colonial	32
1.2- Comparação das raças: colonizadores e colonizados	39
Conclusão	44
Referências Bibliográfica	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como principal objectivo propor uma reflexão sobre a perspetivação da Raça durante as colonizações portuguesa e alemã. Para esse efeito, foram analisados dois períodos diferentes, correspondentes às colonizações empreendidas pelas potências em questão. De forma a poder executar a tarefa a que nos propomos com sucesso, teremos de atender a vários pontos fulcrais, tais como a época histórica, o panorama político e a identidade do país colonizador.

Assim sendo, focaremos a acção colonizadora portuguesa entre os séculos XV e XVI. No que diz respeito à colonização alemã, o foco incidirá, essencialmente, nos séculos XIX e XX. Com esta análise, estabelecer-se-á uma comparação entre os dois países, aquando das suas respectivas acções colonizadoras, apesar da discrepância temporal, devido à corrida tardia da Alemanha às colónias.

No caso português, reflectiremos sobre o encontro do português colonizador com o Outro, no espaço africano e brasileiro. Abordaremos o discurso adoptado sobre a Raça do colonizado. Ao longo da análise das potências colonizadoras em questão na alteridade, verificamos que, quando comparados com os alemães, os portugueses revelaram uma maior tolerância para com o Outro. Muito se deve aos seus contactos travados anteriormente com os povos do Norte de África, sobretudo no período da ocupação do sul de Portugal pelos árabes.

No que diz respeito à colonização alemã, debruçámo-nos sobretudo na questão da Raça do povo colonizado na África, bem como no Leste Europeu. Aproveitamos para analisar a relevância da colonização de uma potência europeia no espaço europeu, uma vez que a Alemanha foi um caso excepcional nesta execução, quando confrontada com o exemplo das restantes potências colonizadoras, cuja acção decorreu fora do continente europeu.

Num primeiro ponto, no Capítulo I, será abordada a colonização portuguesa, considerando as questões acima referidas. No Capítulo II será analisada a colonização

alemã. No Capítulo III proceder-se-á à comparação de ambas as colonizações, nomeadamente na forma como “olharam” para o Outro, bem como nas justificações dadas para a sua intervenção na África, no Brasil, ou mesmo no Leste Europeu, este último referente unicamente à colonização alemã.

Para que possamos compreender o discurso colonialista que foi desenvolvido ao longo do tempo, serão analisadas várias obras. Na colonização portuguesa, procederemos à menção a Pero Vaz de Caminha, de forma a podermos verificar as primeiras impressões do índio brasileiro relatadas na carta que endereça ao rei. Constataremos que são breves as referências ao índio. O olhar recai sobretudo nos recursos naturais do Brasil, gerando muitas considerações a esse respeito, especialmente sobre a diversidade de fauna e flora, e no potencial destes recursos para Portugal.

Mais adiante poderemos ver que os contactos com o africano e o brasileiro não causaram muito impacto nos portugueses, dado já estarem familiarizados com a alteridade. Isto deve-se ao passado de Portugal, que remonta à presença duradoura dos árabes em Portugal.

Mencionaremos também Zurara, sobretudo na relação por ele estabelecida entre a cor do africano e as passagens na Bíblia. As referências bíblicas legitimaram assim o comércio dos escravos, muito fomentado pelos portugueses, os quais tinham o catolicismo enraizado na sua cultura. Não devemos deixar de referir que este discurso foi apenas desenvolvido pelo autor, tendo já sido anteriormente debatido por outros pensadores e filósofos.

Relativamente à colonização alemã, são referidos os relatos de viagem de Nachtigal, Frobenius e Rohlf s na obra editada por Michael Perraudin e Jürgen Zimmerer (2011), que nos dão uma perspectiva pluridimensional desta experiência. Temos assim a vertente humana, o desenvolvimento social, a concepção do tempo e ainda do desenvolvimento industrial, respectivamente.

Teremos oportunidade de verificar a forma como a visão da raça com características eugénicas foi aprofundada. Recorremos a autores como, por exemplo, Von Epp (1937), uma figura importante na Alemanha nazi. Outro recurso será Jürgen

Zimmerer (2005), o qual apontou aspectos menos conhecidos da política racista colonial.

Serão igualmente referidos os pontos de interesse político e geográfico dos alemães: a *Ostpolitik*, isto é, os objectivos políticos alemães na Europa de Leste, e os seus interesses coloniais na África. Para este efeito, teremos em especial atenção as considerações de Liulevicius (2009) relativamente à Europa de Leste.

Tanto para o caso português, como para o alemão, aludimos a muitas referências da obra editada por Poddar (2008). Podemos assim patentear a ambiguidade portuguesa, no sentido em que era racista, mas que, simultaneamente, se apresentava como propensa à miscigenação.

Nesta obra, veremos também a discriminação dos africanos por parte dos alemães, bem como a distinção decretada entre nativos e não-nativos. Surgiu a necessidade de introduzir medidas com o claro propósito de impedir a miscigenação, incluindo a criação do preconceito relativamente aos filhos resultantes das relações inter-raciais. Observamos, de igual modo, que este fenómeno não se restringiu à Alemanha, tendo sido verificado na colonização portuguesa.

Foi notório, ao longo de ambos os discursos colonialistas, um factor em comum: uma oscilante percepção darwinista e paternalista da colonização. As referidas visões não tendem necessariamente a aparecer em conjunto. A darwinista remete para uma ideia de força, de superioridade, de masculinidade, ao passo que a visão paternalista está intrinsecamente ligada à protecção, à força e à feminilidade.

Apesar de ter sido um discurso volúvel, que alternava entre as duas visões, foi possível constatar uma maior predominância da perspectiva darwinista no discurso alemão, em oposição ao discurso português, onde a componente paternalista esteve mais presente.

Na sequência desta ideia, colocamos a hipótese de termos na base da cultura portuguesa a forte influência da religião cristã e do catolicismo, que geraria esta predominância discursiva. Já no caso alemão, poder-se-ia indagar sobre a sua recente unificação, que antecedeu o seu movimento colonialista, o que poderia estar na origem de uma grande necessidade de construção identitária. Para isso, seria

necessário encontrar elementos em comum no povo alemão, para viabilizar e reforçar o sentimento de pertença.

Não podemos deixar de considerar que os alemães passaram a ter contactos mais sistemáticos com os africanos a partir desse período, portanto a partir do século XIX. Ao termos em mente que os alemães até então haviam mantido contacto com uma alteridade semelhante à sua, o eslavo, compreendemos o impacto resultante da intensificação dos contactos com um Outro completamente diferente de si.

A relevância desta análise reside na consciencialização do passado colonial, nomeadamente na forma como foram estabelecidos os contactos, considerando a alteridade em questão. Poderemos verificar aspectos nos dois exemplos das potências europeias colonizadoras, especialmente as semelhanças e diferenças na sua narrativa identitária e simultaneamente colonial. Não deixou de ser curioso que, apesar de terem ocorrido em períodos diferentes, os povos colonizadores fundamentaram o seu discurso nos mesmos princípios: missão civilizadora e/ ou religiosa e o direito à ingestão política e económica.

Assistimos ainda à forma como a discriminação foi sustentada com uma visão darwinista e paternalista, empregada na fantasia colonial, que coadjuva a superiorização do povo colonizador, conferindo-lhe, segundo o próprio, o poder de controlo do povo colonizado. Veremos traços destas representações coloniais no Nazismo. Constatamos que a ideologia da raça ariana tem as suas raízes em séculos anteriores, que catalisaram não só o colonialismo, como o antissemitismo, no caso alemão.

No respeitante ao caso português, verificamos a dicotomia existente entre o discurso, sobretudo no século XX, e a realidade factual. Patenteamos que, apesar da fraternidade divulgada, na sua narrativa, entre Portugal e as suas colónias, foram flagrantes as medidas discriminatórias, com especial atenção à escravatura.

Capítulo I- Colonização Portuguesa

1.1- Período da colonização portuguesa no século XV e XVI

Os portugueses deram início à colonização ainda no século XIV, com a conquista de Ceuta em 1415. Até então, sofria-se os efeitos da pobreza, agravados pelo abandono da agricultura. Com a migração para o meio urbano, no litoral, o povo tendeu a voltar-se para o mar, à procura de alimento. Com o novo projecto dos Descobrimentos, Portugal teve a oportunidade de melhorar a sua situação económica, ao transportar materiais preciosos, especiarias e marfim, ganhando visibilidade no panorama político europeu.

A iniciativa dos Descobrimentos foi fomentada durante o reinado de D. João I, o *Mestre de Avis*, projecto esse que foi incentivado e desenvolvido pelo seu filho, o Infante D. Henrique. Com o cognome *O Navegador*, o Infante D. Henrique teve importantes contributos para os Descobrimentos portugueses, nomeadamente os feitos alcançados por alguns dos seus escudeiros, como foi o caso de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Foi no reinado de D. Manuel I que Portugal atingiu o seu auge nesta época, ao descobrir o Brasil, em 1500, acontecimento este precedido pelo, não menos importante, descobrimento do caminho marítimo para a Índia.

O auge do período das Descobertas foi partilhado com os vizinhos ibéricos, os espanhóis. Surgiu a necessidade de assinar um acordo entre ambas as partes, para dividir as áreas de acção, designado por Tratado de Tordesilhas.

Um dos vários motivos que induziram às descobertas portuguesas foi a necessidade de Portugal estender o seu território além-mar, devido à sua pequena dimensão e também como forma de validar o seu poder perante a Espanha. Aliás, foi na sequência do permanente medo que pairava em Portugal, de que a Espanha ocupasse novamente o território português, que conduziu à constituição de uma aliança entre os portugueses e os ingleses.

O receio de ocupação vem efectivamente a concretizar-se, durante 60 anos, com o poder das três Dinastias dos Filipes de Espanha, só tendo terminado em 1640, com a restauração da Independência, que levou à coroação de D. João IV.

A questão da dimensão de Portugal como um dos elementos decisivos nas descobertas poderá ser verificada na seguinte citação, à qual iremos retomar posteriormente, quando compararmos com o caso alemão (Owen 2008:498):

One of the many impulses that drove Portugal's overseas expansion, in its various phases, was the need for this geographically small country, which had established its national land boundary with Spain in the fourteenth century, to acquire more land territory both for agricultural cultivation and the export of surplus population.

Outro dos factores, além da questão da expansão do pequeno território, que levaria inevitavelmente ao desenvolvimento económico através da descoberta de novos mercados e mercadorias, foi a intenção de expandir a religião cristã. Ao longo do debate sobre a colonização, verificamos que esse é um argumento usado frequentemente. Todavia, constata-se também que o mesmo não só é utilizado na explicação da missão colonizadora portuguesa, mas foi igualmente teorizado nas colonizações levadas a cabo por outras potências europeias.

Ao lermos a carta *de Pero Vaz de Caminha*, observamos os rituais cristãos aquando da descoberta do Brasil, tal como a celebração da Missa e o levantamento da cruz. Ao longo da referida carta, vemos que, aos olhos dos colonizadores portugueses, os gentios pareciam estar abertos à Cristianização. O facto de os índios imitarem facilmente os costumes dos colonizadores é visto como sinal de abertura à nova cultura e religião.

Os colonizadores assumiram que estes povos estariam abertos a esta nova religião, por estes não terem, aparentemente, tradições religiosas. Assim, estas regiões foram vistas como terrenos férteis e prósperos para a implantação da Cristandade. Ao contrapormos o exemplo da Ásia, nomeadamente da Índia no caso português,

verificamos que as expectativas de Cristianização foram defraudadas nesse território, onde os poderes locais, político e religioso, eram mais consolidados. A Índia e Macau foram vistos como países que já tinham as suas formas de civilização.

Sob todos estes pretextos, os portugueses concretizaram a sua expansão marítima. Não obstante, esta acabou por ser uma tarefa de difícil manutenção para Portugal. Este é um país, tal como já mencionado, de pequena dimensão, com um poder relativamente fraco e vulnerável.

Com o medo constante da ocupação espanhola e a consequente aliança com a Inglaterra, acrescia ainda a Portugal a tarefa de gestão e manutenção das suas colónias dispersas e longínquas, tal como poderemos constatar (Almeida 2008:435):

Portuguese colonialism can be said to have been subaltern to other international and colonial powers; it was administered by a small semi-peripheral country, constituting a weak economic centre; [...] the territories were dispersed and far apart.

Entre os séculos XV e XVI, Portugal e Espanha mantiveram-se como superpotências coloniais. Contudo, a situação acabou por ser revertida com a entrada de outras potências europeias na colonização ultramarina. Exemplo disso foi a Inglaterra, que compreendeu a importância existente nos novos mercados emergentes, e sobretudo na potencialização destes elos económicos através dos caminhos marítimos.

1.2- Análise da colonização portuguesa no Brasil e na África

No subcapítulo anterior, foi apresentado o contexto político-económico de Portugal, no seu período-auge da colonização. Pudemos ver igualmente os motivos que o levaram a ter uma iniciativa com tal envergadura.

Para a reflexão que se segue deveremos ressaltar o facto da Península Ibérica, ao contrário das outras potências europeias, ter mantido o comércio de escravos nos séculos XV e XVI. Este aspecto foi determinante na acção colonizadora e no discurso sobre a colonização portuguesa.

No caso do espaço africano, no início dos Descobrimentos, Portugal estava unicamente interessado na troca de mercadorias. Numa fase posterior, apercebeu-se do potencial existente no comércio de escravos. Assim, lançou-se neste comércio, desenvolvido através do transporte de escravos em navios negreiros. Os mesmos eram levados para outras colónias, como foi o caso da Madeira, para a moagem do açúcar e, mais tarde, para o Brasil.

Portugal explorou o comércio dos escravos e mercadorias na África, apesar do seu interesse estar essencialmente focado no Brasil. Os portugueses só se interessaram mais profundamente pelas colónias na África, quando perderam a colónia brasileira, na sequência da sua independência em 1822.

O Brasil revelou-se um espaço auspicioso para os portugueses, desde a sua descoberta. A existência de muitos rios, assim como a diversidade de fauna e flora, deslumbraram os portugueses.

Uma demonstração histórica do fascínio pelo Brasil foi facto do próprio rei D. João VI mudar-se com a sua família para o Brasil, devido à situação política em Portugal, deteriorada pelas cedências aos interesses ingleses. Todavia, foi obrigado a regressar, deixando o seu filho D. Pedro IV, o qual acabou por dar a independência ao Brasil.

Verificamos assim, o deslumbramento sempre existente pelo Brasil, por parte dos portugueses. Muito do comércio de escravos era encaminhado para este país, a fim de cultivar as terras e transformar os recursos naturais, como o caso da moagem do açúcar.

Uma vez mais, fazemos referência à carta de Pero Vaz de Caminha endereçada ao rei D. Manuel I, onde podemos verificar o encanto pelas novas terras. Passamos a citar um excerto de *A Carta de Pero Vaz de Caminha- Documentos e ensaios sobre o achamento do Brasil* (Grupioni 2000:77):

Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, [...]. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Ao considerarmos que no período do século XV e XVI a agricultura e a população eram elementos cruciais, no sentido em que eram fortemente determinantes na riqueza de um povo, percebemos a relevância do achado e o porquê do deslumbramento. As terras férteis e os numerosos rios constituíam fonte de riqueza para um povo, pois, não só asseguravam a sua sobrevivência, como serviam de recurso de produtos naturais para comercialização.

Com estas colónias, Portugal tinha o melhor dos dois [novos] mundos. Concretizava a sua intenção de expandir o seu território, criava novos mercados, permitia a troca de importantes mercadorias, possibilitava a exploração do comércio dos escravos, e recorria à mão-de-obra dos mesmos para o cultivo das terras, principalmente no Brasil.

Esta nova confluência de povos no Brasil dá origem a uma miscigenação ímpar, que não é vista, por exemplo, em África, ou pelo menos em tão larga escala. Este será, sem dúvida, um dos pontos que abordaremos no nosso próximo subcapítulo.

1.3- Perspectivas da raça brasileira e africana

No que diz respeito ao contacto com o Outro, neste caso o Brasileiro e o Africano, verificamos que o mesmo não se revelou inusitado para os descobridores portugueses. Não obstante, houve sempre um sentimento de superioridade por parte do povo português perante o índio brasileiro e o africano, demonstrado pela subjugação dos negros e dos povos indígenas no Brasil.

Relativamente ao povo africano, só um sentimento de racismo poderia justificar a submissão do mesmo à condição de escravo. Para esta análise, recorreremos à leitura dos excertos que citam as ideias de Gomes Eanes de Zurara.

O mesmo liga a descendência dos africanos, através do caso dos árabes, a elementos bíblicos como, por exemplo, Caim. Há várias especulações em relação à cor da pele de Caim, podendo eventualmente ser a marca que Deus lhe colocou. Zurara recorre a este exemplo bíblico, mais precisamente ao argumento da maldição lançada por Noa ao seu filho Caim, para justificar a inferioridade dos africanos (Metcalf 2005:163):

As Zurara builds up to his famous passage in his chronicle, which concerns the first landing of a significant cargo of sub-Saharan Africans in southern Portugal, he references a biblical story that justifies the slave status of Black Africans, One of the Moors whom the Portuguese had captured was a free man of status among his own people in Africa, and he sought to ransom for his freedom, He proposed to Exchange five or six slaves in his homeland for his own freedom. Zurara writes of these slaves whom the Moor proposed to Exchange, “These blacks (*negros*), even though they are Moors as the others, are nevertheless slaves (*servos*) of them by the ancient custom which I believe is because of the curse that after the flood Noah threw on his son Cain.

Esta perspectiva religiosa, que busca no próprio olhar de Deus o sentimento de superioridade mediante o negro africano, acaba por legitimar o comportamento dos europeus. Não só teólogos cristãos discutiram o tema dos negros, em busca da fundamentação da sua condição de escravos. Filósofos como Aristóteles também o fizeram. Foi a estas fontes que os pensadores portugueses foram beber as suas ideias que fundamentaram o acto da escravatura como tendo um propósito moralizante (Metcalf 2005:159):

Such attitudes had been encouraged by an official ideology that surfaced in Portugal a half century before and legitimized the seaborne slave trade between sub-Saharan Africa and Portugal. [...] this ideology drew on the arguments of classical philosophers, early Christian theologians, and traditional

Iberian customs to justify the initiation and expansion of the African slave trade. These arguments used representations of Africans, of slavery, and of the Portuguese in such a way as to portray slavery as morally uplifting rather than dehumanizing.

Como iremos ver brevemente, Portugal passou a defender a ideia de que não existia racismo nas suas colónias africanas. No entanto, séculos mais tarde, já na época das designadas “Províncias Ultramarinas”, Portugal fazia distinção entre os povos. Existiam os assimilados e as pessoas com estatuto de indígena: “In the colonies of mainland Africa, a distinction was made between white settlers, assimilado; and the indigenous, «uncivilized» population” (Almeida, 2008:435). Este é assim o caso notório, além da própria escravatura, de que Portugal fazia distinção em relação à raça africana.

Para o caso do brasileiro, faremos novamente referência à *carta de Pero Vaz de Caminha*. Esta dá-nos as primeiras impressões do índio brasileiro. Verificamos que a descrição do Brasil incide maioritariamente na natureza. No que toca ao próprio povo, é-nos relatada a cor de pele parda, as penas e pinturas no corpo, a inocência e nudez dos povos.

Há descrições sobre os modos dos índios, a falta de crenças religiosas, pelo menos aos olhos do autor. Não obstante, e como iremos observar durante a comparação estabelecida entre a colonização portuguesa e alemã, há referência ao facto dos povos colonizados não terem capacidade de gerir e aproveitar os seus recursos: “Eles (índios) não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens.” (Grupioni 2000:72)

Outra constante neste relato é a necessidade deste povo *bárbaro* ser cristianizado para adquirir modos. Ainda no que diz respeito à *barbárie* dos índios brasileiros, o canibalismo aparece como característica de uma boa parte desta população. Aliás, os actos canibais vêm enfatizar a necessidade e urgência de uma intervenção religiosa por parte dos portugueses.

Há, tal como mencionado anteriormente, a percepção de abertura dos índios brasileiros para uma intervenção religiosa levada a cabo pelos portugueses: “Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesses e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm nem entendem em nenhuma crença”. (Ibidem:72) Ainda nesta carta, quando o autor elogia a existência de numerosas águas e terrenos férteis, salienta que a intervenção dos portugueses deverá ser orientada para salvação dos gentios: “Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deveria ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.” (Ibidem:77)

Não podemos deixar de referir que temos muitas vezes em conta apenas o olhar do colonizador, ao longo das várias ideias discorridas sobre a intervenção portuguesa no Brasil. Martius (1845), por exemplo, reflecte sobre a história dos povos aborígenes que, segundo o próprio, permanece desconhecida.

Martius (1845) crê ser, por isso, fundamental estudar as origens e a história dos índios. Num primeiro ponto, foi sempre visto como um ser primitivo, mas aqui se reconhece que é um povo com uma história muito antiga e perdida. Há ainda uma proposta de análise da Alma, isto é, a religião dos índios, baseada nos cultos antigos, superstições, sacrifícios humanos; inteligência, no sentido do “saber” dos índios relativamente aos fenómenos naturais; e a sua língua- o Tupi.

Portanto, há aqui um apelo ao estudo da história e língua do povo brasileiro, como forma de fundamentar e validar a sua existência, remontando a um período muito anterior ao do das descobertas portuguesas. O autor defende a necessidade de reconhecer a cultura do índio brasileiro, apesar de reconhecer a importância da influência portuguesa na mesma (Martius 1845:382):

[...] o Portuguez, que, como descobridor, conquistador e Senhor, poderosamente influiu n’aquelle desenvolvimento; o Portuguez, que deu as condições e garantias moraes e phycas para um reino independente; que o Portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas tambem de certo seria um grande erro para todos os principios da Historiographia-

pragmatica, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorrem pra o desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade da população.

Martius (1845) analisa ainda a questão da aceitação de mistura num Novo Mundo, reconhecendo que só no Brasil é que a mesma poderia ter lugar, considerando que no Velho Mundo isso não acontece. A ideia da aceitação do brasileiro, cujo povo tem origem na mistura de três raças, “[...] a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica” (Ibidem:382), acabou por fazer parte da doutrina luso-tropicalista.

Apesar do luso-tropicalismo, desenvolvido pelo brasileiro Gilberto Freyre, defender, na sua base, a ideia de um português que se relaciona com os povos dos trópicos sem preconceito, este serviu para validar a mistura de raças no Brasil. Ao fundamentar a intervenção do português, desprovida de qualquer interesse económico ou político, e sem qualquer sentimento de racismo, idealiza a acção do colonizador português, e valoriza, consequentemente, a origem do povo brasileiro.

Esta corrente foi utilizada pelo Estado Novo, para defender, perante os restantes estados europeus, a manutenção das suas colónias. No entanto, constatamos que a mesma não correspondia totalmente à verdade, dada a existência de distinções entre os indígenas, os assimilados e os portugueses.

O mesmo aconteceu durante toda a história da colonização portuguesa, tendo em conta a escravatura dos negros. Não obstante, e tal como verificaremos no caso alemão, Portugal, apesar de racista, compreendeu o Outro, mantendo sempre uma base de curiosidade e aceitação. Isto deve-se ao facto da presença, durante vários séculos, dos árabes em Portugal.

Ao olharmos para Portugal como um país onde os árabes se instalaram, durante um longo período de tempo, desde 711, percebemos que os portugueses habituaram-se e toleraram o Outro, sobretudo um Outro do Norte de África. Aliás, este poderá ser dos raros países europeus onde esta coexistência e aceitação ocorreram,

especialmente quando comparamos com o caso alemão, que conviveu especialmente com caucasianos, os eslavos.

Devemos ainda ter em atenção que os árabes eram tolerantes, tendo os portugueses herdado essa característica: “The Moors were tolerant of their Christian and Jewish subjects and racial mixing took place throughout the land, [...]” (Bishop-Sanchez 2008:479)

Vemos assim que Portugal já tinha tradição no tracto com um Outro diferente de si, bem como na mistura de raças, tendo permitido que este último tivesse lugar no Brasil (Moutinho 2008:449):

The most impressive of the contemporary texts on Portuguese voyaging, then, reveal a sometimes remarkable ability to recognize cultural difference, ranging from simple recording of basic dietary or clothing difference to some considerable interpretative efforts, including attempts to imagine how others view Portuguese. The Portuguese were in any case not exactly representative of all Europeans in this regard, given that their geographical position in Europe and their long cohabitation with Jews and Arabs in the Iberian peninsula may have better equipped them to deal with different cultures.

Ao retomarmos a carta de Pero Vaz de Caminha, podemos constatar a afirmação anterior. Durante o relato da descoberta do Brasil, vemos poucas passagens sobre o Outro, e, quando as há, descreve a nudez, as penas e pinturas no corpo, ou características como a inocência, tecendo assim, na sua maioria, considerações sobre a natureza. Refere também os costumes dos índios, sobretudo no tracto com os descobridores, e alguns hábitos alimentares.

Apesar da idealização no que diz respeito à inexistência de racismo por parte do povo português, reforçada pela corrente luso-tropicalista, ao desenvolver a ideia do português como ser propenso para a miscigenação, o mesmo não correspondia à verdade. A mistura de raças existente no Brasil e na África não era bem vista, nem aceite socialmente. Por exemplo, nos séculos XVII e XVIII, a pureza do sangue e da

linhagem constituíam requisitos impreteríveis para prestar serviço militar e à coroa, assim como para integrar ordens religiosas ou municípios.

O discurso do português aberto ao Outro, que é tolerante perante uma outra raça, sem racismo, foi largamente divulgado, tendo a língua portuguesa sido mitificada como uma oferta às colónias. Esta ideia da partilha da língua, que coloca as colónias portuguesas numa situação mais igualitária, apesar de encerrar em si uma hierarquia, ao considerarmos a atitude paternal adoptada pelo colonizador para com o colonizado, pelo menos na representação colonial portuguesa. Esta ideia foi muito defendida principalmente no século XX (Rothwell 2008:432):

[...] the Portuguese language bears the essence of a fraternity- and that the language itself is the «homeland», in the overcited words of Portugal's most important modernist poet, Fernando Pessoa [...].

Ainda assim, este argumento não ilustra a realidade das colónias em questão, as quais adquiriram a sua independência já numa fase muito tardia, comparativamente à situação das ex-colónias de outras potências europeias. Os edifícios coloniais e a língua foram mantidos pelos novos governos das ex-colónias, tendo em conta a tão recente mudança, advinda da independência.

Verificamos ainda que este facto não é considerado pelos povos colonizados, muito menos a questão da dádiva linguística, para a qual os portugueses não desenvolveram grandes esforços na sua introdução e manutenção. Em contrapartida, terá sido importante o papel dos jesuítas na “civilização” dos povos colonizados, bem como no seu ensino.

Outro argumento romantizado sobre a colonização portuguesa é o do autor F. Ferreira Mendes (1940). No seu texto *Portugal and her Colonial Empire (Part I)*, vemos a percepção de Portugal como um país que não distingue as suas colónias, que são “*flesh of her flesh*”, uma extensão do seu território, mantidos não pela força das armas, mas antes pelos seus elos afectuosos com os nativos das colónias. Portugal

surge aqui como “*Mother-Country*”, portanto temos novamente o estabelecimento de um elo paternal entre o colonizador e as suas colónias.

The Portuguese Empire is thus a group of territories scattered throughout the farthest regions with distinct geographical and racial characteristics, but where the same heart beats, where feeling is identical, which thrills to the same ideal, where the same language is spoken, where the same God is believed in.
(Mendes 1940:227)

Resume-se aqui neste excerto toda a essência do discurso da colonização portuguesa. A língua, a religião, a ideia de vontade bilateral de uma “aliança” entre colonizador e colonizado, em que não houve resistência perante as acções dos colonizadores.

Ao invocar o argumento da língua, um dos elementos ligados à identidade de um país, no discurso da colonização portuguesa, busca-se aqui estabelecer uma ligação entre Portugal e as suas colónias, criando a ideia de unidade. Este é sem dúvida um elemento unificador, ao diferenciar o “eu” e o “outro” que não a fala. “*Man kann sich Menschen mit gemeinsamem Territorium und Wirtschaftsleben vorstellen, aber ohne gemeinsame Sprache und gemeinsamen «Nationalcharakter» werden sie dennoch keine Nation bilden*”. Portanto, o Homem só poderá construir uma nação se houver uma Língua e Identidade Nacional em comum, não sendo suficiente a partilha de território e de uma economia (Weidinger 1998:19):

Man kann sich Menschen mit gemeinsamem Territorium und Wirtschaftsleben vorstellen, aber ohne gemeinsame Sprache und gemeinsamen «Nationalcharakter» werden sie dennoch keine Nation bilden.

A citação de F. Ferreira Mendes (1940) menciona vários elementos identitários para além da língua. Há a ideia de um sentimento e de um ideal em comum, além das

características geográficas e raciais próprias. Em todo o caso não se abstém de estabelecer uma distinção sobre as noções de Províncias Ultramarinas/ Colónias com o País Materno, mantendo assim uma hierarquia. Há simultaneamente a defesa de uma noção de missão civilizadora intrínseca a Portugal, que confere o direito a este pequeno território com um passado histórico de oito séculos (Mendes 1940:225):

As a matter of fact, at the western extremity of Europe, looking out on her best friend- Atlantic Ocean- lies a country, small in area but great in the dynamic expansion of her civilization throughout the world, a country which only aspires to be allowed to carry out her humanitarian and noble task- to educate and civilize backward peoples. This country, which is geographically to-day what she was eight centuries ago- a proud claim which no other European nationality can make- is Portugal.

Configura-se no entanto a ideia dos nativos numa posição infantil, que deverão ser orientados pelo *País-Materno*. Portugal será representado como a mãe das suas colónias, que lhes gerará e civilizará, que lhes dará a sua Língua Materna, como oferta e/ ou herança.

Tal como aconteceu nas colonizações de outras potências europeias, também a portuguesa teve o discurso paternalista/ maternalista. Um discurso unilateral, que não “ouviu” a voz dos colonizados. Esta posição oscilou no entanto entre o parental e o darwinista, ao defender a ideia do superior/ inferior, ao focar na submissão dos mais fracos e pouco evoluídos perante a sociedade europeia ocidental, católica, forte.

Capítulo II- Colonização alemã

1.1- Período da colonização alemã no século XIX e XX

O presente capítulo será dedicado à reflexão sobre a colonização alemã, nomeadamente a percepção do Outro, durante o período colonial alemão, em África e no Leste Europeu. Este desígnio requiere a análise da colonização empreendida pelos alemães nos dois referidos espaços, bem como do discurso que fundamentava esta acção. Passaremos, em primeiro lugar, à contextualização da situação política e económica na Alemanha.

Deveremos atender que o foco da nossa análise incidirá nos finais do século XIX, início do século XX, considerando a acção colonizadora alemã tardia, quando comparada, por exemplo, com aquela empreendida por outras potências colonizadoras. Trata-se de um período em que, como abordaremos posteriormente, a Alemanha procura um lugar estratégico na política mundial, sobretudo entre as potências europeias.

A Alemanha foi uma das últimas potências europeias a empreender uma acção colonizadora fora do continente europeu. Não obstante, a mesma já tinha dado início a esta acção no espaço europeu, nomeadamente no Leste.

Desde cedo, temos esta visão dicotómica da Alemanha, um país que censura o colonialismo, apesar de o por em prática no espaço Europeu. Um país que, apesar de, por um lado, ter uma visão crítica sobre o colonialismo, acaba por entrar na corrida às colónias, como o caso do espaço africano. A viagem de Peters com três amigos na África Ocidental levou à assinatura de contractos de protecção no mesmo espaço, voltando para a Alemanha, a fim de obter o reconhecimento. Por questões diplomáticas, isto é, para obter visibilidade na política mundial, Bismarck acabou por se ver forçado a entrar nessa disputa, por questões políticas (Geulen 2008:229):

With these papers he went back to Berlin in early 1884, as proof of his “founding” of a new colony. Although Chancellor Bismarck was anything but an enthusiastic colonialist, he felt the establishment of a colony in the region to be diplomatically advantageous. Bismarck declared the papers to be official German contracts of protection (Schutzverträge), and thus the colony of German East Africa was formally founded.

Além da estratégia política mundial, a Alemanha estará a atravessar um período em que, após a sua unificação, procura fundamentar e alicerçar a sua identidade. Será neste contexto que a Alemanha irá travar, de forma sistemática, encontros com o Outro africano. Trata-se certamente de uma alteridade diferente daquela que, até então, havia lidado- o eslavo. Os negros africanos são um fenómeno de excepção, havendo por esse motivo, nesta época, exposições com demonstrações de uma raça exótica. Os mesmos eram ainda exibidos nas casas dos alemães, enquanto servos: “In the early modern period, individual Africans began to be imported as ornamental household servants.” (Rosenhaft 2008:211)

Tendo em conta que o Outro só poderá existir mediante a relação com o Eu, haverá aqui a construção de um discurso, com recurso a mitos, para distinguir a Alemanha das restantes nações, sobretudo das colonizadas. Estaremos assim perante a construção de um discurso identitário alemão, fundado essencialmente na construção de um imaginário colectivo como um povo “branco”: “[...] the persistent self- imagination of German society as a ‘white’ collective.” (Kundrus:203)

A conjuntura internacional do século XIX era marcada pelas consequências das revoluções decisivas, ocorridas no século XVIII, bem como pela corrida às colónias. Note-se que, até então, de um prisma económico, a agricultura, a população e a quantidade de recursos de água, sobretudo os rios, eram valorizados como factores determinantes da riqueza de um país.

A Alemanha apresentava um discurso orientado neste sentido. Relativamente às colónias, a Alemanha defendia, por norma, a ideia de que era uma exploração de mão-de-obra, não concordando com esta prática. No entanto, neste século surge uma

outra faceta da Alemanha perante esta situação. Teremos assim dois prismas diferentes: um que defende a colonização e outro que se opõe à mesma. Será um dos elementos que nos remete para a ideia de uma Alemanha “esquizofrénica”, com vozes opostas em simultâneo, demonstrando o seu profundo antagonismo. Uma dualidade que tanto lhe caracteriza, como poderemos ver mais tarde.

Como já foi mencionado anteriormente, deveremos ter presente que o século XIX foi marcado pelas repercussões das revoluções decorridas no século anterior. Assim temos a Revolução Industrial que conduz a Inglaterra à supremacia internacional. Teremos uma Inglaterra mais forte, com o seu *mare nostrum* inglês, em permanente contacto com as suas colónias. A Alemanha irá ameaçar o poder inglês, mais tarde, após se fortalecer através da sua indústria, acrescendo a aposta na frota naval para adquirir colónias.

Desta revolução advirá, de igual forma, o reforço do modelo económico capitalista, que conduz a um aumento das taxas aduaneiras, visando a protecção da economia nacional (uma pequena antevisão do aspecto económico nos nacionalismos). Devido à maior capacidade de produção, os países procuram proteger-se da importação, tentando fomentar a sua própria produção interna, sobretudo a agricultura. Há uma maior consciência da importância das matérias-primas, o que irá contribuir igualmente para converter o argumento alemão sobre a colonização.

Uma outra revolução determinante, no século XVIII, será a Revolução Francesa. Os ideais franceses da *Igualdade, Fraternidade e Liberdade* irão inspirar a Alemanha. Após as humilhações sofridas, decorrentes das invasões napoleónicas, a Alemanha compreende a importância da sua unificação.

Neste sentido, e atendendo à proliferação de principados e outras regiões com poder independente na Alemanha, urge a necessidade de uma unidade alemã para obter mais força e fazer face a situações como aquela constituída pela invasão de Napoleão. Devemos salientar que estas mesmas invasões acabaram por ser mais um contributo para a ascensão do nacionalismo na Alemanha.

Na sequência destes eventos, ocorre a dissolução do Sacro Império Romano-Germânico, em 1806. A Alemanha terá uma dupla vitória em 1871 ao poder anexar a

região de Alsácia- Lorena, rica em aço e carvão, no seguimento da derrota francesa, assim como de ser oficializada a unificação alemã.

Neste novo contexto, a Alemanha avança no seu processo de industrialização, fomentando a construção de caminhos-de-ferro, o que irá potenciar as suas comunicações, união e desenvolvimento económico. De igual forma, teremos uma Alemanha que procura investir na sua base naval e militar, para permitir a sua navegação no oceano Atlântico, tão almejado pelas restantes potências europeias.

Relativamente à unificação, surge a necessidade de consolidar a história alemã, pois a história de um povo é um dos elementos integradores em termos identitários. A origem da Alemanha, de acordo com dados históricos, remonta aos povos bárbaros e às tribos que se foram dirigindo no sentido Oeste.

Estas origens serão muito estudadas e mitificadas, para fundamentar a construção da identidade de uma Alemanha recém- unificada. É nesta ordem que serão realizadas explorações arqueológicas, incluindo a construção de institutos arqueológicos em cidades como Roma, Cairo, Alexandria, Atenas, com o intuito de procurar vestígios da presença/ existência alemã nos “berços” da civilização.

Além desta procura incessante por vestígios da civilização alemã que determinassem a sua existência mais remota, a fim de sustentar a base identitária nacional alemã, não devemos deixar de mencionar as várias expedições empreendidas neste período, especialmente na África. Constatamos a existência de vários relatos de viagem, redigidos por alemães, aquando das suas expedições com objectivos lúdicos e, na sua maioria, científicos. Em termos culturais, estas viagens permitem os contactos contínuos com o Outro africano.

Teremos uma Alemanha que procura a sua própria identidade, atendendo à recente unificação do seu espaço, empreendendo, simultaneamente, uma acção colonizadora. Esta última permite o contacto com um Outro africano, bem como o Outro brasileiro, raças diferentes do eslavo.

1.2- Análise da colonização alemã na África e no Leste Europeu

Para analisarmos o olhar alemão sobre o africano e o eslavo, deveremos, antes de mais, ter em conta os relatos de viagem. Assim sendo, iremos focar o caso do Outro africano, nestas obras com carácter autobiográfico, científico e/ ou romancista.

Poderemos tomar o exemplo de um dos capítulos da obra intitulada *German Colonialism and National Identity*, com edição de Michael Perraudin e Jürgen Zimmerer (2011). O capítulo “Time, Identity, and Colonialism in German Travel Writing on Africa, 1848- 1914” apresenta três visões decorrentes destas viagens, mais precisamente a de Gerhard Rohlfs, Nachtigal e Frobenius.

Referindo brevemente o conteúdo dos relatos, Frobenius realça a importância do colonialismo alemão (o qual influenciará, numa fase ulterior, o Nacional-socialismo, pois este irá beber muitas das suas ideias nestes pensadores, e dar continuidade à colonização, sobretudo no Leste europeu). Frobenius reforça ainda a necessidade de procurar as origens, através do recurso à arqueologia, que servirá de base da identidade, mesmo que por vezes implique a criação de ficções.

Por outro lado, temos uma percepção mais humanista desta alteridade, mencionada na referida obra, com o relato de Nachtigal. Este último apresenta-nos a ideia de fusão entre a Europa e a África, um sentimento de conforto, por esta última ser uma das origens, constituindo assim uma espécie de “lar”, algo familiar.

Ainda nos é dada a perspectiva de Gerhard Rohlfs, que assenta na diferenciação do Outro africano. A sua percepção é corroborada a de Hans Maier. De acordo com o mesmo, esta alteridade é marcada pelo conceito de “tempo”. A organização do tempo é aqui perspectivada como algo que superioriza os alemães em relação aos africanos (Reimann-Dawe, 2011:23):

[...] the most notable cultural reference and expression of the explorers' occidental-Germanic identity when in Africa was their adherence to a Western, “scientized” concept of rational, measurable, linear time.

Ao superiorizar os alemães em relação ao Outro africano, baseando-se na noção de tempo, estará aqui implícita a ideia dos processos de industrialização, mecanização e capitalismo. A mesma estará ligada à diferenciação entre ser-humano e natureza. Assim poderemos relembrar a reflexão de Hartmut Boehme (1996) acerca da dicotomia entre natureza e cultura. No capítulo intitulado “Vom Cultus zur Kultur (wissenschaft)”, presente na obra *Literaturwissenschaft – Kulturwissenschaft: Positionen, Themen, Perspektiven*, verificamos a diferença entre as características de um grupo nómada e de um grupo sedentário.

O primeiro grupo é definido pela sua deambulação à procura de alimento, que conduz à sua indefinição em termos de espaço. Consequentemente, não cria condições para estabelecer a organização do espaço, regras, transmissão de costumes, história, memória colectiva, e, sobretudo, organização e consciência do tempo. Gera-se assim uma ideia de caos, arbitrariedade e subjugação do ser humano à natureza, deixando visível a vulnerabilidade da condição humana. Por oposição temos o grupo sedentário, mais organizado, com um espaço definido, bem como com o conceito de tempo e de memória colectiva. A memória colectiva permite a unidade do povo e a transmissão de conhecimentos, o que leva à noção de identidade nacional e à sua consequente evolução.

Se tivermos presente estas definições, e compararmos ao que é mencionado no relato de viagem de Rohlf, compreendemos de que forma é visto o africano. Há a ideia de um atraso na sua evolução, associado à sua falta de organização de tempo e de espaço, o que opõe a África à Europa. Passamos a ter uma hierarquização no discurso, assente essencialmente no tema do dominante/ dominado. A partir do momento em que se identifica a diferença do Outro, a hierarquia é inserida no discurso do colonizador.

Não podemos deixar de referir que esta ideia de atraso civilizacional irá ser constantemente observada e apontada durante os primeiros contactos entre colonizadores e “descobertos”. Passa a haver a justificação para a ingerência na administração de outro país e colonização (Zimmerer 2005: 199):

The long-term aims of colonial rule result general- intentionally or unintentionally- in a profound political, economic and social restructuring of the subjugated society.

Será então desenvolvida a noção de que estes países colonizadores têm como principal missão auxiliar as suas colónias, devido ao atraso das mesmas, resultante dos problemas da má administração, entre outros argumentos. Os mesmos irão fundamentar o discurso da colonização alemã em África e na Europa de Leste.

Uma vez mais, devemos ter presente que esta necessidade, por motivos de estratégia política mundial, bem como por motivos económicos que precipitaram a Alemanha na aquisição de colónias, acaba por coincidir com um período em que há efectivamente uma solidificação da identidade alemã.

1.3- Considerações alemãs sobre as raças nos espaços colonizados

Passaremos pois à análise da visão alemã sobre as suas colónias em África e na Europa de Leste, nomeadamente sobre a questão da raça. Retomando a questão da colonização alemã em África, e tal como já havia sido referido, a mesma surgiu por motivos políticos, comerciais e económicos. Não obstante, esta necessidade de fomentar a indústria alemã através do recurso a matérias-primas inexistentes na Alemanha, veio implicar a perda de mão-de-obra, necessária para a agricultura (duas fontes de riqueza), e provocar assimilação, um processo natural da emigração.

Esta perda de “germanidade”, *das Deutschum*, era algo que não agradava a Alemanha, pelo que urge a necessidade de criar formas de diluir esse processo. Uma das alternativas será a construção de estabelecimentos de ensino de língua alemã fora da Alemanha para atrair os seus emigrantes e manter o elo da identidade.

Apesar destas implicações, a colonização em África seria um mal necessário, como é patenteado no capítulo “Kolonial Politik”, presente na obra *Der Kampf um die Deutsche Aussenpolitik* (1931), uma vez que a Política Colonial orientava o país na Política Mundial, propiciando uma visão vanguardista e destaque político. Vemos ainda

neste capítulo o argumento de que a Alemanha efectivamente não teria colónias até então, embora tivesse contribuído para a evolução científica, política, assim como no domínio das ciências humanas, o que acabaria por beneficiar as outras potências e as colónias.

Ao referirmos estas áreas do conhecimento, não podemos deixar de notar a tentativa de descrever a educação e cultura como elementos intrínsecos à cultura alemã, relacionando-os com a inteligência da sua raça. As características acima mencionadas são definidas assim como algo orgânico. O conhecimento aparece como algo susceptível de ser moldado mas que, simultaneamente, é algo estático, ao ser descrito como educação e cultura do espírito: *“Bildung was an evocative term which literally meant ‘forming’ or ‘shaping’, and in higher sense meant education and cultivation [of spirit].”* (Liulevicius 2009:47)

Ainda tratando do capítulo em questão, temos uma passagem relevante, com menção a África, e comum à observação feita à Polónia (uma das colónias alemãs) que passaremos a confrontar (Anónimo 1931:67):

Die Leiden dieser armen Menschen sind unbeschreiblich. Das Land ist mit Leichen bedeckt. Man findet oft Frauen und Kinder nachts hilflos am Wege liegend, die vielleicht, ehe der Tod sie ereilt, von Hyänen aufgefressen werden. In der letzten Zeit habe ich oft Tote am Fusse des Hügels gefunden, welche nicht genügend Kraft hatten, um bis zum Krankenhaus zu kriechen. Es ist ein Land von Skeletten, lebenden und toten...

Ora, aqui temos a descrição da Polónia como um cenário de morte, doença e extrema miséria. Podemos complementar a descrição anterior com episódios da rotina polaca, como por exemplo violência, trabalho forçado e escravatura, ao considerarmos a seguinte alusão à Polónia (Liulevicius 2009:50):

[...] a feeling of being transported back in time, encountering bad roads, common physical violence and beatings, slavery and despotism, forced labour and the knout, and distinctive medical disorders, such as particular skin diseases [...]

A Alemanha depara-se com países com grau de desenvolvimento diferente do seu e justifica a sua intervenção colonizadora e prática escravagista com a conjuntura económica e social. Existe frequentemente uma manipulação dos factos para substanciar o discurso em análise, como foi o caso da Bielorrússia em que, com a intervenção da Alemanha, a indústria, a pecuária, e as terras férteis foram arrasadas, com a primeira a ser reduzida em 90%, enquanto a segunda em 80% e a terceira em 50%. Portanto, através destes dados já poderemos verificar uma discrepância entre o que é argumentado/ mitificado e o factual.

Assim sendo, no caso do Leste da Europa, constatamos que o seu retrocesso também é causado pela Alemanha, servindo de pretexto para a mesma ingerir na administração consoante os seus interesses e necessidades. Entre as suas necessidades está incluída a do espaço vital, a ideia do *Lebensraum* “[...] to preserve the numbers of this ‘racially pure *volk*.’” (Zimmerer 2005:202)

Esta visão remete-nos para Von Epp (1937), no sentido em que existe a ideia de que a Alemanha tem direito às colónias, acrescida da necessidade de espaço devido à sua população numerosa. Note-se que o povo alemão era percepcionado como um povo com características especiais, puras, como supracitado. Por esse motivo devia ser adquirido mais espaço, sem negligenciar o intuito que imperava de preservar a pureza da raça alemã (Von Epp 1937:7):

The point of Germany's racial legislation is precisely to respect and encourage, as well as to assist, the development of these characteristics within her own borders. However, Germany has no intention of interfering with the racial affairs of Native peoples.

Assim sendo, na sequência desta ideia de superioridade racial face ao Outro colonizado, verifica-se uma série de comportamentos nos países colonizados que reflectiam e reforçavam esse sentimento incutido. Por exemplo, na parte alemã a sudoeste de África, os africanos não podiam andar de cavalo, nem caminhar nas vias principais.

No caso do Leste, os polacos, por exemplo, tinham que demonstrar humildade, ao tirarem os chapéus para cumprimentar, e dar aos alemães a cedência de passagem. Não podiam frequentar espaços culturais como o cinema, o teatro, as livrarias, os museus, entre outros. Não estavam autorizados a ter bicicletas, rádios ou câmaras, já no século XX. Estamos assim perante uma Alemanha que se apresenta como superior e que não consente, nem possibilita, a evolução do povo colonizado.

Será importante referir a diferença entre a colonização alemã e as outras potências europeias coloniais. A colonização fora da Europa foi algo que todas tinham em comum, bem como a defesa de uma missão religiosa e civilizacional. No discurso das várias potências colonizadoras havia sempre a menção do seu objectivo de colonizar áreas pouco desenvolvidas, que careciam de hábitos cívicos. Vemos isso no caso português, por exemplo na colonização no Brasil. Os portugueses relatavam os actos canibais dos índios e determinaram-se a civiliza-los para acabarem com tais práticas. Os alemães recorreram igualmente ao argumento religioso (Liulevicius 2009:26):

A crucial added element in this overall eastward movement was religious. Much of the earlier press to the East had been motivated by the imperative of expanding the Christian creed, as monks and priests were sent as missionaries to the pagan peoples.

A diferença na Alemanha, além de ter adquirido colónias numa fase mais tardia que as restantes colónias, foi o olhar colonial para certas zonas da Europa. Daí

apresentarem argumentos tais como o facto de a Polónia, por exemplo, ser tão pouco desenvolvida que, apesar de fazer parte do espaço europeu, necessitava de uma intervenção alemã para que fossem corrigidos os problemas consequentes da má administração que, por sua vez, se deviam à falta de capacidade de governar dos polacos. Portanto, tratava-se de um país, segundo esta perspectiva, “[...] inside Europe, but not Europe.” (Ibidem:49)

Esta mesma falta de capacidade foi apontada aos africanos. Havia a ideia de que estas populações estavam numa situação de pouco desenvolvimento devido à sua incapacidade de gestão. Assim, havia a visão infantilizada das colónias que necessitavam de uma figura “paterna” que as orientasse: “[...] one must admit that there are underage nations, which cannot lift themselves up by their own strenght”. (Liulevicius 2009:61) Os alemães apresentavam-se como *Kulturträger* para o Leste europeu (Ibidem:56):

What a perspective for the regions of the West-North, if the spirit of culture will visit them! Ukraine will become a new Greece- the beautiful skies of these people, their humorous character, their musical nature, their fertile land, etc, will one day awake.

Ao longo de várias descrições sobre a Polónia, deparamo-nos com características como um povo preguiçoso (o mesmo apontado no caso dos africanos), ignorante, incompetente devido à sua má administração. A sociedade polaca era vista como desorganizada, “impura”, desinteressada. Surge assim espaço para a Alemanha se apresentar como modelo a seguir, e, uma vez que estava a construir a sua própria identidade, necessitava de uma missão que a distinguisse dos restantes membros europeus. Trata-se igualmente de um argumento para justificar a sua acção colonizadora em território europeu, um continente que se subentende fraterno, igualitário, iluminado unanimemente. Daí requerer o seguinte argumento, considerando o olhar colonizador no Leste Europeu (Ibidem:49):

It was Western Europe that invented Eastern Europe as its complementary other half in the eighteenth century, the Age of Enlightenment. It was also the Enlightenment with its intellectual centers in Western Europe, that cultivated and appropriated to itself the new notion of 'civilization', an eighteenth century neologism, and civilization discovered its complement, within the same continent, in shadowed lands of backwardness, even barbarism.

A Alemanha, ao contrário por exemplo de Portugal numa fase posterior, luso-tropicalista, tendia a negar qualquer possibilidade de mistura racial no processo de colonização. Numa perspectiva ainda darwinista aplicada à colonização, a que o nacionalismo recorreu, acentua-se esta ideia de superioridade/ inferioridade dos povos.

O século XIX será também marcado pela tentativa de comprovar, através de experiências científicas, este mito. Por este motivo, pela ideia da pureza de raça que não deve ser misturada, a Alemanha defende a seguinte ideia (Ibidem:92):

A mixing of the invaders and the natives was not possible in Prussia, as neither the climate of the land nor the culture of the inhabitants had any attraction for the Germans, but on the contrary the incapacity of the people for the national statehood, even in the face of the slaves, was clear. It was thus a human gift, that after the subjugation the lord gave his servant his language, thus opening the way for him to higher civilization.

Aqui fica implícita a ideia de que, apesar da Alemanha não reconhecer a mistura racial, oferecia a sua língua, apresentada como catalisadoras de civilização. Temos novamente um argumento semelhante ao português.

Será pertinente referir que o crescente nacionalismo, com o seu auge no Pós-Guerra, irá buscar muitos dos seus fundamentos a estas ideias. Hitler fundamenta a

crença da raça ariana superior em muitas das ideias que começaram a se difundir no século XIX, tal como poderemos ver na citação feita por Zimmerer (2005:202):

The struggle for the hegemony of the world will be decided in favour of Europe by the possession of the Russian space. Thus Europe will be an impregnable fortress, safe from all the threat of blockade.... The Slavs are a mass of born slaves, who feel the need of a master.... The Russian space is our India. Like the English, we shall rule this Empire with a handful of men.... We'll supply the Ukrainians with scarves, glass beads and everything that colonial peoples like.... In any case, my demands are not exorbitant. I'm only interested, when all is said, in territories where Germans (Germanen) have lived before. The German people will raise itself to the level of this empire.

Temos aqui o resumo de todas as ideias geradas no século XIX. Se analisarmos esta citação de Hitler, constatamos a percepção de um espaço europeu ocidental que impede qualquer tipo de tentativa de intrusão, apesar das suas acções colonizadoras, remetendo-nos para a última citação aqui feita da obra de Liulevicius (2009).

Patenteia-se igualmente a ideia de que o povo eslavo é mais fraco, necessitando de um orientador, o qual, por sua vez, não deverá ser eslavo devido à sua incapacidade de governação. Estes argumentos induzem-nos a algumas ideias já aqui citadas, bem como a teoria de Darwin.

A Rússia e a Ucrânia são aqui encaradas como espaços passíveis de serem colonizados, cujo tracto poderá ser semelhante ao da Índia ou da África, com as trocas de produtos semelhantes- produtos sem valor que normalmente agradavam aos povos colonizados.

Finalmente, denota-se aquilo que a Alemanha e todas as restantes potências coloniais partilhavam em comum: o sentimento de que aquelas colónias a elas pertenciam, ou porque assim estava destinado, como missão, ou devido à suposta ocupação, numa época anterior. Ainda no respeitante à missão cultural, vemos que a

mesma oscilou com a ideia de Darwinismo Social, ao longo do discurso alemão (Schubert 2008:251):

In Germany, the racist perception of colonial hegemony was characterized by two distinct and sometimes even competing semantics: the idea of a 'cultural mission' (kulturmission) developed in the eighteenth century; and the modern concept of 'racial Darwinism'[...] more biological and no longer dynamic, but static understanding of the race.

Podemos assim observar a reunião de um grande número de ideias coloniais, incluindo os estereótipos, nestas citações, que sustentaram a colonização alemã em África e no Leste europeu e a consequente percepção diferenciada entre colonizador e colonizado, resultando, uma vez mais, e tal como no caso português, num sentimento de superioridade/ inferioridade respectivamente.

Capítulo III- Comparação das perspectivas raciais na colonização alemã e portuguesa

1.1- Olhar dos colonizadores: justificação para a intervenção colonial

Nos capítulos anteriores pudemos verificar a existência de um denominador comum nas justificações para a intervenção colonizadora: a incapacidade de autogestão. As colónias são perspectivadas como culturas num estado ainda primitivo, portanto pouco desenvolvidas. Perante este choque cultural, constatamos no discurso da cultura colonizadora termos como “Wilden”, “Rückstande”, “Unkultivierten”, que significam Selvagens/ Bárbaros, Atrasados, Incivilizados, semelhantes aos termos empregues nos relatos de viagem, tendo esta ideia sido projetada no discurso da colonização portuguesa.

A cultura ocidental foi sobrevalorizada durante o contacto com o Outro que não coabitava o espaço europeu, e, no caso alemão, esse Outro estendeu-se à parte leste da Europa. O seu valor foi reduzido aquando destes contactos, tendo sido, consequentemente, inferiorizado perante a cultura industrializada e civilizada europeia. Estas culturas que não partilharam o desenvolvimento industrial europeu ocidental e a nova concepção do tempo, daí advinda, tal como referido no caso alemão, através dos relatos de Frobenius, foram submetidas ao jugo europeu ocidental.

Tanto no caso alemão, como no caso português, vimos que quando travaram contacto com o Outro, e denotaram as diferenças existentes, procederam à hierarquização. Ao se confrontarem com o estado de desenvolvimento das culturas africana, brasileira e da Europa de Leste, estabeleceram uma hierarquia e deram início à submissão das mesmas. Contudo, existe a ideia de que as culturas “inferiores” estariam abertas a essa subjugação e prontas para serem civilizadas.

Como já mencionado no caso português, com referência à carta de Pero Vaz de Caminha, verificámos que, aos olhos do autor, os índios estariam abertos a serem cristianizados, o que por outras palavras significaria também civilizados. O mesmo se

aplica no caso alemão, sobretudo ao compararmos a seguinte citação (Liulevicius 2009: 50):

[Eastern Europe] its suitability to receive culture- which could mean cultivation and also suggest civilization. [...] Eastern Europe was a place where through outsider advice and expert consultation one could “create nation”.

O discurso colonial foi no entanto romantizado, acabando por suavizar, ou mesmo ocultar, o racismo. Assim, temos vários tipos de discurso, que vão desde o paternalista até ao darwinista. Os espaços colonizados eram “[...] reale Expansionsziele wie als Phantasieräume” (Linne 2008:8) , isto é, são espaços onde se reflectem os desejos expansionistas dos colonizadores, bem como espaços de fantasia, no sentido em que a identidade do próprio colonizador seria fantasiada, havendo consequentemente uma romantização da missão colonizadora.

Ao recuperarmos os dois casos coloniais em análise, observamos que uma das percepções em comum era a dos povos colonizados preguiçosos. Essa dita “preguiça”, que levou ao estado das colónias, estaria, assim, na base de uma intervenção colonial imperativa, levada a cabo pelas potências europeias colonizadoras.

Recuperamos novamente o exemplo da Europa de Leste, mais precisamente da Polónia, como forma de constatação do que aqui é dito. Há uma justificação e legitimação da colonização e escravatura, baseada no atraso do desenvolvimento do país. Por sua vez, o atraso em causa seria uma consequência da incapacidade e desorganização do povo polaco, de acordo com os argumentos colonialistas alemães. Georg Forster descreve os polacos da seguinte forma ((Liulevicius 2009:51):

The actual people, I mean those millions of cattle in human form, who are utterly excluded from all privileges of mankind... is at present through long-habitual slavery totally sunken to a degree of bestiality and insensibility, of indescribable laziness and totally stupid ignorance, from which perhaps in a century it could not climb to the same level as other European rabbles.

Colmatamos esta percepção do eslavo, fazendo referência ao discurso de Schlegel, citado na obra de Liulevicius (Ibidem:60):

[...] however, an unmixed Slavic nation hardly can become anything very worthwhile [due to the fact that] the Slavs everywhere and under all circumstances are destined to slavery (a word which derives from them, without a doubt).

Observamos assim, ao longo destes discursos coloniais, as bases fundadoras da apregoada superioridade cultural europeia, em detrimento das restantes culturas, entretanto colonizadas. A intervenção colonial é frequentemente validada através do recurso ao argumento da missão religiosa e civilizadora, deixando implícito o reconhecimento divino do acto colonial.

Alguns pensadores da colonização recorreram assim à Bíblia, como mencionado no caso português, através do exemplo do filho de Noé, e também à história, como os Hamites, na colonização alemã, para validarem as acções em curso.

Os antropólogos alemães, por exemplo, estudaram a teoria dos Hamíticos (Hamitics), que consistia num povo com origem caucasiana que migrou para a África e que, devido à sua superioridade militar, política e à sua criatividade, se distinguiram dos restantes povos africanos. Acabaram por não partilhar do atraso profundo cultural dos restantes africanos, por, alegadamente, não se terem misturado com os mesmos.

This version says that skin color is a sign of moral, intellectual and character insufficiency, which is interpreted as punishment for a transgression by Noah's youngest son Ham, as recorded in the Bible. [...] In the Christian world, around 1600, it still provided biblically- supported grounds for racial differences between Europeans and black Africans, so that blacks could be subjected, exploited and enslaved without scruples. (Spoettel 1998:132)

Ainda acerca desta teoria, que foi igualmente abordada por Spoettel, sabemos que, a partir dos finais do século XIX, a mesma foi mais estudada e utilizada para fins colonialistas. A referida teoria dos Hamíticos demonstra a tentativa de explicação da superioridade racial que legitima actos como o da colonização e escravatura. A mesma, ao ter sido propagada no século VI A.C., de acordo com os antropólogos, reconhece a legitimidade da ocupação/ colonização da África. Há uma tentativa de demonstrar um exemplo de raça caucasiana que não se misturou com a raça negra em África e, por isso, manteve a sua superioridade.

A teoria dos Hamíticos remete-nos para um discurso desenvolvido mais tarde, no período Nazi, acerca da mistura das raças. Foi defendida a ideia, sobretudo em *Mein Kampf*, de uma América do Norte colonizada por povos germânicos e ingleses que não se misturaram com os indígenas.

Esta situação opõe-se àquela que ocorreu na América no Sul. O Brasil constitui assim um ponto incompreensível para os alemães no que toca à mistura das raças, sobretudo ao nível da mistura entre indígenas e colonizadores portugueses. Há uma ideia de degeneração no caso colonial brasileiro. Consideramos aqui o projecto eugénico do britânico Armstrong (1933:95):

I have often heard it said, even by Luso- Brazilians, that Brazil's greatest misfortune was to be discovered and colonized by the Portuguese; for had it been peopled by Germanic stock-by the British or by the Dutch, as very nearly happened- it would today have rivaled the United States in power and progress.

Nesta ordem de ideias, houve mesmo uma comparação das colónias das restantes potências europeias, manifestamente mais desenvolvidas, quando comparadas com as colónias portuguesas. Assim foi o caso do texto "A Eugenic Colony- A Proposal for South America", onde é feita uma proposta de uma Colónia Eugénica,

imaginando o espaço colonial, no Brasil, coabitado por ingleses e alemães, dotados de características desejáveis:

Deparamo-nos de igual forma com argumentos como por exemplo o direito de posse territorial devido à superioridade da potência colonial em questão, ou em nome do passado histórico, uma espécie de direito hereditário.

Retomamos aos argumentos utilizados pelos colonizadores na fundamentação da sua acção. Segundo a Alemanha, a mesma precisava de expandir o seu território porque precisava de mais espaço para a sua população numerosa. Ainda reclama o espaço, indicando que uma raça com características tão especiais está destinada a se proliferar: “[...] a new German race, full of endurance in body and soul, will spread out accross the land, a race of colonizers and conquerors”. (Liulevicius 2009:90)

Considerando a defesa das suas características eugénicas e a necessidade de mais espaço, a Alemanha apela, durante o seu discurso, ao evitamento de todo o tipo de mistura racial: “[...] to maintain always the eugenic ideals and avoid the admixture of inferior blood.” (Armstrong 1933:97)

Não deixa igualmente de referir, por diversas vezes, que a acção colonizadora levada a cabo mais não era do que a recuperação dos espaços que lhe pertenceram anteriormente: “Later nationalists thus would later argue that expansion in the East was in fact ‘recovery of originally German lands.’” (Liulevicius 2009:42)

Apesar da recente história de uma Alemanha colonial, nota-se que a mesma procura evocar um passado mais remoto, criando uma memória colonial colectiva. Essa memória é incrementada a partir de livros infantis e buscas arqueológicas, que demonstrariam a presença alemã noutros espaços, tal como referido no capítulo do caso alemão.

A Alemanha, que é o segundo país com maior área territorial no espaço europeu, após a Rússia, acredita ter direito à posse de colónias em detrimento de outras potências colonizadoras europeias, cujo território é mais pequeno, como é o caso da Bélgica, França, Reino Unido ou Portugal.

Quando recuperamos o discurso interno alemão, que precedeu a corrida às colónias, verificamos que, segundo o mesmo, a riqueza de um povo dependeria da

população, cuja numerosidade tinha correlação com a produtividade. Acresciam como factores determinantes da riqueza de um país elementos como os recursos naturais, nomeadamente a extensão dos rios e actividade agrícola existente.

Ao contrapormos ao discurso do General Ritter Von Epp (1937), *The Question of Colonies: The German Standpoint*, observamos uma preocupação com as matérias-primas das colónias, sobretudo numa época em que a Alemanha sofria as consequências das indemnizações e restrições impostas pelo Tratado de Versalhes. Patenteamos assim a alteração do discurso colonial alemão, perante o surgimento das novas necessidades.

A perda das colónias, imposta pelo Tratado de Versalhes, finda a Primeira Grande Guerra, fez com que a Alemanha evocasse a sua memória colonial, apesar de muito curta, quando contrastada com as restantes potências. Neste período, sobretudo no Nazismo, há um voltar do interesse alemão para a *Ostpolitik*, portanto para as colónias da Europa de Leste.

Por outro lado, temos Portugal cujo território era pequeno, sobretudo quando comparado ao da Alemanha. Ainda assim, enquanto a Alemanha invocava o direito às colónias devido à necessidade de espaço, *Lebensraum*, para a sua população, com características especiais, idealizando a manutenção dessa pureza, Portugal via na expansão ultramarina uma maneira de expandir o seu pequeno território, legitimando o seu poder no quadro político europeu e mundial. Não obstante, os recursos naturais encontrados nas colónias também foram muito valorizados e elogiados, como podemos ver no exemplo da carta redigida por Pero Vaz de Caminha.

Ficam assim evidenciadas as principais justificações dadas no seguimento da colonização, no decorrer do discurso de ambas as potências colonizadoras aqui focadas. Temos deste modo a missão civilizadora e/ ou religiosa; a questão da dimensão territorial; a política internacional, que passa por assumir a categoria de potência, perante outros concorrentes europeus fortes; o desenvolvimento da economia com a exploração de novos mercados e produtos.

Ainda assim, e apesar de encoberta, verificamos que a questão identitária das potências colonizadoras esteve sempre presente no decorrer desta acção. Para os

alemães, atendendo que a colonização ocorreu após a sua unificação, a mesma foi não só importante para se destacarem das outras potências europeias, como também marcou o discurso da sua própria identidade, fantasiada no contacto com o Outro diferente de si. Na sequência destes contactos mais sistemáticos com os africanos, cria um imaginário de um povo branco com características eugénicas.

No que diz respeito à ausência de um passado colonial, os alemães ocupam a sua história recorrendo à imaginação, criando uma memória colonial fantasiada. Já no caso português, e apesar de ter uma memória colonial colectiva, não deixou de se socorrer à mitificação da mesma. Apesar de não constar nas justificações dadas a esse respeito, a colonização foi fulcral na história portuguesa, nomeadamente na sua identidade. Portugal utilizou os grandes feitos dos Descobrimentos, embelezando-os na literatura, séculos mais tarde, para definir as suas características como povo. Exemplo flagrante desta situação é o da criação literária e identitária perante a crise identitária despoletada pelo *Ultimatum* Inglês, tendo o seu auge nas criações do grupo Orpheu, especialmente de Fernando Pessoa.

O discurso que fundamentava e contribuía para a narrativa que fantasiava a acção do colonizador num outro espaço, não se limitou apenas às colónias. O mesmo foi estabelecido na comparação entre as próprias potências. Por exemplo, os alemães imaginaram-se como um povo com características puras, não concebendo a ideia, por exemplo, do Brasil. Já Portugal imaginou-se como um país capaz de se misturar e criar raças.

Norton de Matos, por exemplo, comentou o facto de os alemães darem grande ênfase à sua raça, acreditando serem os “únicos representantes do mundo” (Torgal e Silva 1994:117). Acrescenta aqui a comparação com o português, enaltecendo a raça portuguesa e a sua tolerância para com o Outro, sem deixar de enobrecer as suas intenções colonialistas (Torgal e Silva 1994:117):

Ai de nós, povo em que tantos sangues se misturaram, desde os lusitanos até hoje, com as nossas idéias de assimilação dos habitantes de côr, que vivem nos territórios portugueses, com o firme propósito de os elevar até nós, de os

integrar na nossa civilização, com os nossos princípios cristãos e democráticos de igualdade, liberdade e de fraternidade, reais e não fictícios, cada dia mais comprovados no nosso viver com os indígenas das colônias portuguesas [...].

Devemos referir que o discurso colonialista foi desenvolvido ao longo dos vários séculos, incluindo este de Norton de Matos, no século XX. Fica assim demonstrada o complexo processo triangular de construção do discurso colonialista, que compreendia o Outro fora do espaço europeu, o rival europeu e a idealização da identidade do povo colonizador.

1.2- Comparação das raças: colonizadores e colonizados

Ao longo desta reflexão, temos verificado que houve sempre uma mitificação da “missão” propagada pelos respectivos colonizadores. Verificamos, no entanto, que este foi um discurso unidimensional, em que não foi contemplada a voz, nem o olhar, do colonizado. Neste sentido, os colonizadores apresentam-se como salvadores de uma civilização, que sem eles, não teria capacidade de gestão nem de evolução.

Muitas vezes, a colonização, portuguesa e alemã é idealizada como algo positivo e enriquecedor para o povo colonizado. No discurso colonial observamos, por exemplo, a língua como um contributo para as colónias, uma espécie de oferta. A Alemanha defende essa ideia no espaço da Europa de Leste, em contraste com Portugal, que o executou em todas as suas colónias, apesar de não ter havido esforço nesse sentido.

Quando comparamos a realidade dos povos colonizados, verificámos que os mesmos não só não se desenvolveram, de acordo os argumentos utilizados no discurso colonial, como ficavam completamente dependentes dos seus colonizadores, recriando a fábula por eles narrada.

Na realidade, encontramos passagens em alguns estudos realizados que comprovam a inadequação de elementos presentes no discurso do colonizador. Deparamo-nos com a narração de resistência por parte de alguns índios à colonização.

No caso alemão temos um dos exemplos mais fortes como foi o do genocídio do povo Herero e Nama, na África do Sul, na sequência de um levantamento por parte destes dois povos contra a exploração perpetrada pelos colonizadores. Esta oposição ao domínio colonial refuta qualquer argumento sobre a abertura destes povos à suposta intenção de civilização.

O mesmo aconteceu na colonização portuguesa. Podemos ver relatos de conflitos entre os colonizadores portugueses e os índios brasileiros. Fica patente, desta forma, que a acção colonizadora não foi levada a cabo sem qualquer constrangimento, tendo efectivamente havido oposição à mesma, o que gerou à partida uma atitude de defesa, aquando das Descobertas, contrariando o discurso romantizado mais tarde (Martius 1845:390):

Assim vemos que a posição guerreira, em que se colocou o colono Portuguez para com o Indio, contribuiu muito a rápida descoberta do interior do Paiz, como igualmente para a extensão do domínio Portuguez.

Constatámos que a Alemanha manteve um discurso segregador durante o processo colonizador. Houve sempre uma preocupação com a manutenção da pureza da raça alemã aquando das ocupações colonizadoras. A Alemanha empreendeu várias acções e incentivos para esse efeito, como foi o caso, por exemplo, da incitação da emigração de mulheres alemãs para as colónias de forma a evitar a miscigenação.

Até ao fim da Primeira Grande Guerra, o que levava à imigração africana na Alemanha, na sua maioria, eram as exposições étnicas ou os filhos de uma elite pertencente à exploração colonial, não devendo o número de africanos até ao referido período ter excedido os 30 (Linne 2008:19):

Bis zum Ende des Ersten Weltkrieges hatten offenbar die meisten in Deutschland lebenden Afrikaner, die zuvor als Darsteller in Völkerschauen gearbeitet hatten oder als Söhne der jeweiligen Elite einer Kolonie zur Ausbildung nach Deutschland gekommen waren, das Deutsch Reich verlassen.

O caso português teve também um discurso segregador, conquanto não fosse tão explícito e constante como o alemão. Apesar de apregoar uma atitude mais tolerante em relação aos povos colonizados, sobretudo ao recorrer à doutrina luso-tropicalista, Portugal tomou medidas políticas, especialmente nas colónias africanas, no século XX, para garantir a distinção das raças e evitar, assim, a mistura racial. Foi assim consagrado o estatuto indígena e o assimilado.

Os alemães também tomaram, desde cedo, medidas preventivas no respeitante à mistura racial. Os filhos, fruto das relações inter-raciais, não eram aceites socialmente, sendo percepcionados como ameaças para a hegemonia alemã, no que toca à pureza da raça. Foram definidos, por decreto, como “foreign blood”.

Temos exemplos de leis aprovadas no sentido de discriminar relações inter-raciais e os filhos daí resultantes. Em 1905 foi proibido o casamento inter-racial, seguindo em 1906 mais passos no sentido de reduzir a mestiçagem, que passavam, por exemplo, por crianças de raça mista não serem aceites nas escolas. Assim, foi gerada e fomentada uma ideia de degeneração moral e física dos alemães que se envolvessem em relações inter-raciais, levando à discriminação não só dos nativos, como também dos filhos, fruto dessas relações: “Also ‘mixed people’ were perceived as dissatisfied: while they considered themselves above Africans, they were not accepted as equals by white people; [...]”. (Becker 2008:242)

A discriminação racial, com a aprovação de estatutos, foi devastadora para os povos colonizados, contaminando qualquer possibilidade de independência económica africana, o que fortaleceu o poder dos colonizadores (Walther 2008:234):

New regulations were issued to control Africans, and their land and cattle was expropriated. These new rules not only destroyed African economic independence and force them into dependency on European employers, they also introduced legal discrimination, by distinguishing between “non- natives” and “natives”.

Esta situação não era apenas circunscrita ao caso alemão. Como referido anteriormente, a criação de leis que fomentavam a segregação racial aplicou-se igualmente na colonização portuguesa, ganhando maior expressão no século XX, com a criação do Estatuto Indígena. Ainda assim, a comunidade portuguesa foi idealizada como propensa à miscigenação, mitificando a inexistência do racismo. Recuperamos a citação aqui feita anteriormente a Norton de Matos, que contrapõe estas características portuguesas às do povo alemão. Aproveitamos para reforçar este mito criado em torno da colonização portuguesa com a seguinte afirmação (Schubert 2008:251):

Common versions of Portuguese colonizing myth include a belief that Portuguese men were particularly prone to miscegenation- often taken as evidence of a lack of racism.

A questão da superiorização dos colonizadores perante os colonizados, conducente à discriminação dos segundos, remete-nos para as alternâncias no discurso colonial entre o argumento darwinista e paternalista. O primeiro defende um povo mais forte com necessidade de expandir o seu território, socorrendo-se da sua superioridade, que nos transporta para um conceito mais masculino, enquanto o segundo defende igualmente a expansão do território, metaforizada numa relação parental, isto é, a necessidade de educar/ civilizar o outro, numa atitude de amor e compaixão.

Verificamos que no caso português foi mais utilizado o argumento paternalista na base da acção, muito também devido ao forte catolicismo, por oposição à Alemanha, que recorreu mais frequentemente ao argumento darwinista, encontrando na sua superioridade a fundamentação da sua acção. As narrativas colonialistas oscilaram assim entre o paternalista e o darwinista, mais propriamente o infantilizado e o feminino (Clark 2002:628):

Many narratives reproduced familial structures: the 'others' were infantilized and feminized. They were regarded either as children to be educated by the colonizer as an imaginative father- figure, or as girls to be married after an act of willing-surrender.

Em resumo, temos uma narrativa colonialista fabulizada, com o intuito de favorecer a construção da identidade do povo colonizador em detrimento do povo colonizado. As acções colonizadoras são frequentemente justificadas com exemplos religiosos e darwinistas. Também verificamos uma oscilação entre motivos estáticos e orgânicos, que garantem a manutenção do estado de submissão das colónias.

Por sua vez, os povos colonizados são forçados à submissão, ao contrário do que é narrado. Constatamos ainda que os mesmos tendem a reproduzir a narrativa colonialista, tendo lidado com os problemas subsequentes, mesmo findada a colonização.

Não obstante, verificamos que há uma tentativa de construir e aceitar a identidade miscigenada como é o caso do Brasil, apesar de ter sido concebido e desenvolvido por figuras como um branco Gilberto Freyre e por um alemão Martius (1845).

Há um esforço na promoção da identidade brasileira ao enaltecer a miscigenação racial, designadamente na doutrina luso-tropicalista. Há um reconhecimento do passado, uma tentativa de embelezar os factos históricos e suavizar a problemática criada, tanto a nível interno, como externo, sobre o racismo resultante da mistura de três raças diferentes.

CONCLUSÃO

Com base na reflexão realizada sobre o olhar colonial português e alemão da raça do povo colonizado, concluímos que o processo é complexo, implicando não só o Outro colonizado, mas também o próprio colonizador e o seu semelhante/concorrente, portanto o Outro colonizador europeu. Verificamos que não só se tratou de um discurso para legitimar a missão colonial, como também acabou por servir como base da definição identitária.

A relação entre colonizador e colonizado acabou por ser muitas vezes fantasiada e mitificada, para amenizar e fundamentar uma acção levada a cabo com um propósito explorador. Para esse efeito, o discurso colonial recorreu exclusivamente ao olhar do colonizador, não tendo considerado o parecer do povo colonizado.

Ao longo da análise ficaram patentes argumentos coloniais em comum nas narrativas alemã e portuguesa, sobretudo na definição da missão religiosa/civilizadora. Empregaram igualmente a perspectiva darwinista e paternalista, apesar de termos verificado que a primeira foi mais recorrente no discurso alemão, ao passo que a segunda esteve mais presente na narrativa colonial portuguesa. Hipoteticamente, e tal como abordado anteriormente, poderá ter algo a ver com o passado da Alemanha, que urgia a necessidade de construção de uma identidade nacional para fortalecer a recente unificação, por oposição a Portugal que tinha uma grande tradição católica.

Resumindo, a percepção colonial da raça do Outro é complexificada pelos vários factores determinantes, tais como os interesses económicos, a procura de novos nichos de mercados e produtos, bem como os interesses políticos, e ainda os próprios interesses identitários, por vezes subjacentes, mas que acabaram por desempenhar um factor relevante na construção do olhar sobre o Outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Miguel Vale de (2008), "Anthropology and Ethnography of the Portuguese-speaking Empire". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 435-438, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Anonimo (1931), *Der kampf um die Deutsche Aussenpolitik*, Leipzig: Paul List Verlag
- Armstrong, C. Wicksteed (1933-1934), "A Eugenic Colony- A Proposal for South America", *Eugenics Review*, XXV (2).
- Becker, Frank (2008), "Hybridity and Race Relations". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 242-244, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Bishop-Sanchez, Kathryn (2008), "Moorish Portugal". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, p. 479, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Epp, Ritter Von (1937), "The Question of Colonies- The German Standpoint", *Journal of the Royal African Society*, 36 (142) pp. 3-9.
- Geulen, Christian (2008), "German East Africa". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 228-230, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Grupioni, Luís Donisette Benzi e Sousa, Bernardo Vasconcelos e (2000), *A Carta de Pero Vaz de Caminha: documentos e ensaios sobre o achamento do Brasil*, São Paulo: DBA.

- Kundrus, Birthe (2008), "Germany and its Colonies: Introduction". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 199-203, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Linne, Karsten (2008), *Deutschland jenseits des Äquators ? Die NS-Kolonialplanungen für Afrika*, Berlim: Ch. Links Verlag.
- Liulevicius, Vejas Gabriel (2009), *The German Myth of the East- 1800 to the Present*, Nova Iorque: Oxford University Press Inc.
- Lubrich, Oliver and Clark, Rex (2002), "German Studies Studies Go Postcolonial", *American Society for Eighteenth Century Studies*, 35 (4) pp. 625-634.
- Marques, A. H . Oliveira de, Opitz, Alfred and Clara, Fernando (coords.) (1996), *Portugal- Alemanha- África: Do Imperialismo Colonial ao Imperialismo Político. Actas do IV Encontro Luso- Alemão*, Lisboa: Edições Colibri.
- Martius, Dr. Carlos Frederico (1845), "Como se deve escrever a Historia do Brazil- Dissertação", *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 24.
- Mendes, F. Ferreira (1940), "Portugal and Her Colonial Empire (Part I)", *Journal of The Royal African Society*, 39 (156) pp. 225-230.
- Metcalf, Alida C. (2005), *Go-betweens and the Colonialism of Brazil, 1500-1600*, Austin: University of Texas Press.
- Moutinho, Isabel (2008), "Explorations and Discoveries". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 446-449, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Owen, Hilary (2008), "Women's Histories in the Lusophone Colonial and Postcolonial Worlds". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 498-501, Edimburgo: Edinburgh University Press.

- Perraudin, Michael e Zimmerer, Jürgen (Eds.) (2001), *German Colonialism and National Identity*, Nova Iorque: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.) (2008), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Reimann-Dawe (2011), "Time, Identity and Colonialism in German Travel Writing on Africa 1848-1914". In: Perraudin, Michael e Zimmerer, Jürgen (Eds.), *German Colonialism and National Identity*, pp. 21-32, Nova Iorque: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Rosenhaft, Eve (2008), "Black Germans". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 211-212, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Rothwell, Phillip (2008), "Introduction: The Myths and Realities of Portuguese (Post)colonial Society ". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 431-434, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Schubert, Michael (2008), "Race and Ethnicity". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 251-252, Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Spoettel, Michael (2008), *German Ethnology and Antisemitism: The Hamitic Hypothesis*. In *Dialectical Anthropology*, (23), pp. 130-150, Holanda: Kluwer Academic Publishers.
- Torgal, Luís Reis e Silva, Armando Malheiro da (1996), "Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial- Impressões de um diário: 4. O medo do Imperialismo alemão". In: Marques, A. H . Oliveira de, Opitz, Alfred and Clara, Fernando (coords.) , *Portugal- Alemanha- África: Do Imperialismo Colonial ao Imperialismo Político. Actas do IV Encontro Luso- Alemão*, pp. 99-137, Lisboa: Edições Colibri.

Walther, Daniel J. (2008), "German South-West Africa". In: Poddar, Prem, S. Patke, Rajeev e Jensen, Lars (Eds.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures- Continental Europe and its Empires*, pp. 234-235, Edimburgo: Edinburgh University Press.

Weidinger, Dorothea (Org.) (1998), *Nation- Nationalismus- Nationale Identität*, Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung.

Zimmerer, Jürgen (2005), "The birth of the Ostland out of the spirit of colonialism: a postcolonial perspective on the Nazi policy of conquest and extermination", *Patterns of Prejudice*, 39 (2), pp. 197-219.

